

LUCIANA RIBEIRO TIBURTINO AGUIAR

**PROEJA UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA A EFETIVAÇÃO
DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE JOVENS E ADULTOS**

GUAJARÁ MIRIM-RO

2023

LUCIANA RIBEIRO TIBURTINO AGUIAR

**PROEJA UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA A EFETIVAÇÃO
DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE JOVENS E ADULTOS**

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Esp. José Jarlison dos Santos

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Aguiar, Luciana Ribeiro Tiburtino.
PROEJA uma política pública voltada para a efetivação do ensino
profissionalizante de jovens e adultos / Luciana Ribeiro Tiburtino
Aguiar, Guajará-Mirim-RO, 2023.
20 f.

Orientador(a): Esp. José Jarlison dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em
Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Guajará-Mirim-RO, 2023.

1. PROEJA. 2. Políticas Públicas. 3. Educação. I. Santos, José
Jarlison dos (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Fernanda Leite Dias, CRB-11/909 (Campus Guajará-Mirim)

Luciana Ribeiro Tiburtino Aguiar

**PROEJA UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA A EFETIVAÇÃO DO ENSINO
PROFISSIONALIZANTE DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública..

Aprovado em: 04/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Esp. José Jarlison dos Santos (orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) *Campus*
Guajará-Mirim)

Esp. Paulo Lacerda da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) *Campus*
Guajará-Mirim)

Me. Rosely Furtado Roca

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) *Campus*
Guajará-Mirim)

SUMÁRIO

RESUMO.....	03
1 INTRODUÇÃO.....	04
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA.....	06
1.2 HIPOTHESES.....	06
1.3 JUSTIFICATIVA.....	06
1.4 OBJETIVOS.....	07
1.4.1 Objetivo Geral.....	07
1.4.2 Objetivos Específicos.....	07
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	08
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL	08
2.2 O PROEJA INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	10
3 METODOLOGIA.....	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	17

PROEJA UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA A EFETIVAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE JOVENS E ADULTOS

Luciana Ribeiro Tiburtino Aguiar ¹
José Jarlison dos Santos ²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como uma política pública voltada para a Efetivação do Ensino Profissionalizante. Mesmo com alguns avanços no setor educacional a educação deste segmento ainda é considerada um grande desafio social. Nesse sentido, levantou a problemática: como se institui políticas públicas capazes de garantir a educação como direito fundamental na vida de jovens e adultos? O tema é de grande relevância social, pois, é uma temática que visa reverter o panorama de desigualdade existente no país, considerando que a EJA representa uma oportunidade de inclusão social e educacional para jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade adequada. Este estudo é uma revisão de literatura, com abordagens qualitativa e descritiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica, sendo classificada também como pesquisa exploratória. Para o PROEJA cumprir com esses desafios que lhes são imputados, é imprescindível transformar esse Programa em política educacional pública do Estado, porém, a volta às aulas depois de anos fora da escola é a realidade e o desafio de grande parte dos alunos do Proeja. São realidades de pessoas que, com força de vontade, determinação e dedicação, tentam conseguir qualificação para melhorar a vida.

Palavras-Chave: EJA. Políticas Públicas. Educação Profissional.

ABSTRACT

This research aims to analyze the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Modality of Youth and Adult Education (Proeja), as a public policy aimed at the Effectiveness of Vocational Education. Even with some advances in the educational sector, education in this segment is still considered a major social challenge. In this sense, it raised the issue: how to institute public policies capable of guaranteeing education as a fundamental right in the lives of young people and adults? The theme is of great social relevance, as it is a theme that aims to reverse the existing inequality in the country, considering that EJA represents an opportunity for social and educational inclusion for young people and adults who did not have access to regular education at the appropriate age. This study is a literature review, with qualitative and descriptive approaches, based on bibliographical research, also being classified as exploratory research. For PROEJA to meet these challenges that are imposed on it, it is essential to transform this Program into a public educational policy of the State. These are the realities of people who, with willpower, determination and dedication, try to get qualifications to improve their lives.

Keywords: EJA. Public policy. Professional education.

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia Campus Guajará-Mirim-RO. e-mail: tiburtino.aguiar21@gmail.com

² Professor Orientador de TCC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia Campus Guajará-Mirim. Especialista em Docência do Ensino Superior. e-mail: orientadortcc1.guajara@ifro.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Com o processo de democratização do ensino, iniciado na década de noventa, a educação brasileira tem procurado incrementar políticas públicas cujo sentido seja a justiça social, autônoma, inclusiva, fundamentada na construção de identidade nacional e defesa dos povos. Nessa perspectiva, os desafios presentes na educação de jovens e adultos passa a tomar corpo no centro das discussões (VIEIRA; GANZERT, 2011).

Apesar dos avanços, garantir o acesso e permanência de jovens e adultos nas salas de aula, por meio da Educação de jovens e adultos (EJA), ainda é um desafio a ser enfrentado pela sociedade brasileira, visto que, seu público são pessoas que não conseguiram por algum motivo, acesso à educação na idade certa. Com isso, muitos perderam oportunidades de emprego, por muitas vezes, não comprovarem o nível de formação necessária a determinadas funções (CARDOSO; PASSOS, 2015).

A partir de 1930 com a revolução industrial no Brasil necessitou-se de mão de obra no país visto a migração do campo para a cidade, assim precisou alfabetizar os trabalhadores, onde surgiram as primeiras escolas noturnas para adultos. Assim, a Educação de Jovens e Adultos começou como um modo de conscientização de que todos tinham direito à educação (SIQUEIRA, 2017).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado como resposta do Estado aos altos índices de analfabetismo no Brasil em 1967 através da Lei nº 5.370/1967. O programa tinha como objetivo acabar com a "vergonha nacional" do analfabetismo em 10 anos, mas foi imposto e estruturado sem consulta à sociedade. O método de alfabetização utilizado era o analítico-sintético, que se baseava em palavras geradoras e ampliava as dificuldades linguísticas. Embora os materiais didáticos do MOBRAL trouxessem dimensões importantes da realidade brasileira, a visão nacionalista e ufanista distorcia a realidade diversificada do país (SIQUEIRA, 2017).

Nessa perspectiva, Arroyo (2000), também fala que a Educação de Jovens e Adultos ganhou maior visibilidade a partir da década de 1980, com a promulgação da Constituição de 1988, que reconheceu a obrigatoriedade do ensino básico fundamental e do acesso à educação como uma garantia constitucional. A partir

desse momento, a EJA passou a ser considerada como uma política pública prioritária, com a criação de programas e projetos voltados para a alfabetização e a formação de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica na idade adequada.

O PROEJA é considerada uma política pública que tem como principal objetivo elevar a escolarização de jovens e adultos juntamente com a profissionalização, contribuindo dessa forma para a integração de grande número de cidadãos no mercado de trabalho, direito este garantido na legislação brasileira, que dá aos mesmos o direito de concluir a educação básica com uma formação profissional de qualidade (VIEIRA; GANZERT, 2011).

As políticas públicas são resultado do envolvimento de diversos setores e mecanismos de interação com os aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos. Diante disso, o Estado toma suas decisões a partir da união de forças e participação da sociedade civil em torno de um projeto em um determinado momento histórico.

Historicamente, a entrada de jovens e adultos da classe trabalhadora na rede federal de ensino é um grande desafio, tendo em vista as estatísticas desse público nestas instituições de ensino, observa-se que a inserção deste público nas instituições federais vem causando tensões em uma cultura hegemônica institucionalmente estabelecida (VITORETTE, 2014).

Atualmente a EJA é oferecida em todo o país, tanto na rede pública como na rede privada de ensino, e é regulamentada pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tendo como principal finalidade oportunizar o acesso à educação de pessoas que não puderam concluir o processo de escolarização, é dar a chance da busca de melhores ofertas de emprego, oportunizando o acesso à educação de nível superior, resgatando autonomia, empoderando deste segmento da sociedade.

É fundamental refletir sobre os processos que devem garantir as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, isto é, funções reparadoras, equalizadoras e qualificadoras que possibilite o resgate do direito à escolarização, ampliando a oferta tanto de acesso quanto de permanência aos que não tiveram a oportunidade de escolarização no tempo devido.,

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Atualmente muito se tem falado da importância da educação e seu papel no desenvolvimento da sociedade. Porém, a realidade de muitos jovens e adultos tem tornado esse tema de grande relevância social na contemporaneidade. As discussões em seminários, palestras e na mídia tem trazido à reflexão por parte da classe política brasileira para a implantação e revisão de políticas públicas voltadas para a educação deste segmento.

Neste sentido, levantou-se a problemática desta pesquisa: identificar como são instituídas as políticas públicas capazes de garantir a educação como direito fundamental na vida de jovens e adultos no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)?

1.2 HIPÓTESES

A partir dos objetivos, seria possível realizar uma pesquisa que analise o PROEJA como uma política pública voltada para a Efetivação do Ensino Profissionalizante Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender os desafios e oportunidades desse programa. Além disso, a pesquisa deve contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à efetivação do programa e também como o gestor público poderia melhorar no seu dia a dia esse programa.

1.3 JUSTIFICATIVA

O tema se apresenta com grande relevância social, tendo em vista, que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Educação Profissional e Tecnológica é uma temática que visa reverter o panorama de desigualdade existente no país. Em primeiro lugar, é importante considerar que a EJA representa uma oportunidade de inclusão social e educacional para jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade adequada. Dessa forma, a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes para essa população é uma forma de garantir a formação profissional e a oferta de

melhores oportunidades de trabalho inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a redução da desigualdade social e econômica.

Além disso, a Educação Profissional e Tecnológica tem se tornado cada vez mais importante no contexto atual, marcado pela rápida transformação tecnológica e pelas mudanças no mundo do trabalho. Nesse sentido, a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes é fundamental para atender às demandas do mercado de trabalho e para garantir a formação de profissionais qualificados e capacitados para atuar em diferentes áreas. Por outro lado, a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes para os alunos da EJA apresenta desafios específicos, como a necessidade de adequação dos conteúdos e metodologias às necessidades e especificidades desse público, a superação de preconceitos e estereótipos em relação aos alunos da EJA, entre outros.

A Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica representa uma oportunidade de inclusão social e educacional, além de ser fundamental para atender às demandas do mercado de trabalho e garantir a formação de profissionais qualificados e capacitados (VITORETTE, 2014).

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar o PROEJA como uma política pública voltada para a Efetivação do Ensino Profissionalizante da Educação de Jovens e Adultos.

1.4.2 Objetivos Específicos

- ✓ Investigar as políticas públicas que deram origem ao PROEJA, bem como seus objetivos, metas e estratégias, para entender o contexto em que o programa foi criado;
- ✓ Identificar as principais barreiras e dificuldades enfrentadas pelo programa;
- ✓ Analisar as diferentes experiências de implementação do PROEJA, a fim de compreender as especificidades e os desafios enfrentados pelo programa; e

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

No Brasil, os primeiros registros educacionais se dão com as ações dos Jesuítas que tinham a finalidade catequização, nesse sentido, criaram bases de um vasto sistema educacional, organizados por documentos como o *Ratio Studiorum*, que se desenvolveu progressivamente com a expansão territorial da colônia (POUBEL; PNHO; CARMO, 2017). Para Haddad & Di Pierro (2000, p.108) “A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos”.

Porém, na segunda metade do século XIX, observou-se que a escolarização de jovens e adultos não avançou, chegando dessa forma ao final do referido século com um altíssimo percentual de analfabetismo “cerca de 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta” (HADDAD & DI PIERRO, 2000, p.109).

De acordo com Costa (2013) destaca que a EJA surgiu no país no final do século XIX, com a criação das primeiras escolas noturnas para trabalhadores. A partir da década de 1940, a EJA passou a ser vista como um instrumento de combate ao analfabetismo e de inclusão social, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) a partir de 1960. Nesse período, as discussões acerca do analfabetismo se fortaleceram e ganharam espaço no cenário educacional através de reflexões sobre as metodologias utilizadas para alfabetizar jovens e adultos. Nesse cenário, ganha destaque o celebre educador Paulo Freire que se tornou referência nesse campo de estudo, principalmente pela criação do chamado método “Paulo Freire” para alfabetização desse segmento, de acordo com Poubel, Pinho e Carmo (2017, p.129), o método apresenta as seguintes características:

[...] em vez de classe, falava-se em círculo de cultura. O professor era substituído pelo coordenador de debates (o educador-educando) e o aluno pelo participante do círculo de cultura (o educando-educador). Eliminavam-se as cartilhas e livros de textos, substituídos pelo trabalho com a linguagem corrente na localidade e pela discussão das experiências de vida dos participantes dos círculos de cultura. A equipe de alfabetizadores começava por investigar os meios de vida e a linguagem falada na localidade em que se realizariam os trabalhos de alfabetização. Do conhecimento assim obtido sobre cultura e o universo vocabular da população, extraíam-se as palavras geradoras.

Paulo Freire assumiu a Coordenação do Programa Nacional de Alfabetização em março de 1964, tendo o seu método de alfabetização se tornado conhecido em todo o país. O modelo freiriano propunha a formação de jovens e adultos críticos e participativos, cidadãos capazes de realizar a transformação social. Esse método do educado Paulo Freire, abandonou os modelos tradicionais e valorizou um novo paradigma pedagógico baseado em uma educação dialógica, como principal ferramenta no processo ensino-aprendizagem. Todavia, o método do educado Paulo Freire, sofreu abalos com a implantação do Regime Militar e suas ideias foram consideradas subversivas e perigosas contra os governos militares, tendo o mesmo sido exilado do país. (POUBEL; PINHO; CARMO, 2017).

Segundo Poubel, Pinho e Carmo (2017), o novo regime de governo criou e regulamentou o novo movimento de alfabetização do país (MOBRAL), que se distanciou das ideias de Paulo Freire e a partir daí, se firmou como a nova política educacional do país que tinha como principal objetivo a alfabetização dos adultos analfabetos no território brasileiro. De acordo com Belo (1993):

O projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas. [...] Em 1985, o MOBRAL findou – se dando lugar a Fundação EDUCAR que apoiava tecnicamente e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes, nos anos 80 difundiram – se várias pesquisas sobre a língua escrita que de certa forma refletiam na EJA, com a promulgação da constituição de 1988 o Estado amplia o seu dever com a Educação de jovens e adultos (BELO, 1993, p. 38).

A partir de 1990, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a EJA ganha status de modalidade de ensino equivalente ao ensino regular. A partir daí, foram criados diversos programas e políticas públicas para a sua expansão e melhoria, como o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) de 2005. O PROEJA foi criado pelo Decreto nº 5.478/2005 denominado Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica nessa nova modalidade de ensino, que tinha como finalidade a oferta de educação

profissional técnica de nível médio, com base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (MEC, 2023).

2.2 O PROEJA INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um tema de grande relevância na educação brasileira, pois representa uma oportunidade para pessoas que não tiveram oportunidade de cursar o ensino regular na idade adequada, possam concluir seus estudos e buscar novas oportunidades no mercado de trabalho. Neste artigo, serão apresentados alguns autores que discutem a importância da EJA e suas contribuições para a sociedade (NASCIMENTO, 2020).

Um dos autores que destacam a relevância da EJA é Paulo Freire. Para Freire, a educação é uma prática de liberdade e transformação social, e a EJA é uma oportunidade de resgatar a dignidade dos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal. Em sua obra "Pedagogia da Autonomia", Freire afirma que a EJA deve ser pautada em uma educação libertadora, que respeite as experiências e saberes dos alunos e estimule a reflexão crítica sobre a realidade (BASÍLIO, 2015).

Outro autor que aborda a EJA é Moacir Gadotti. Em seu livro "Educação e Poder", nesse sentido, destaca que a EJA é uma oportunidade para a construir uma sociedade justa e igualitária, possibilitando a inclusão de grupos socialmente marginalizados. Defende que essa modalidade deve ser pensada a partir de uma perspectiva crítica, que busque compreender as causas da exclusão social e proponha alternativas para transformá-las (AMORIM et al, 2017).

Em síntese, a EJA é uma modalidade de ensino que tem como objetivo garantir a inclusão social e a formação integral dos jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade adequada. Para isso, é fundamental que as políticas públicas de educação contemplem a EJA e que sejam oferecidas condições para que essa modalidade de ensino seja acessível e de qualidade. Os autores mencionados neste artigo destacam a importância da EJA como uma prática educativa libertadora e transformadora, que contribui para a construção de uma sociedade em que todos tenham as mesmas oportunidades (RAMOS & DIAS, 2022).

A EJA tem um papel importante na inclusão social e educacional, e quando associada à Educação Profissional e Tecnológica, pode ser uma ferramenta poderosa

para a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho (NASCIMENTO, 2020). Segundo Silva (2019), a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes para os alunos da EJA é uma oportunidade de retorno à escola para aqueles que não concluíram sua formação básica a fim de obterem uma qualificação profissional e assim inseri-los ao mundo do trabalho e sua transformação da realidade socioeconômica, capaz de promover mudanças na vida dos estudantes e em sua relação com o seu futuro profissional.

Santis et.al (2017), destacam que a Ensino Profissional pode proporcionar a essas pessoas a aquisição de competências e habilidades técnicas e sociais, enquanto a EJA possibilita a formação de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem. No entanto, os autores reconhecem que a confluência entre essas modalidades de ensino apresenta desafios, como a necessidade de uma gestão escolar mais eficiente, a adequação dos currículos e a formação de professores com habilidades e competências específicas para atuar especificamente com alunos nessa faixa etária.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) está explícito que os sujeitos, apesar de singulares, têm aspectos em comum que merecem atenção quando da organização curricular.

Os sujeitos da Educação Básica, em seus diferentes ciclos de desenvolvimento, são ativos, social e culturalmente, porque aprendem e interagem; são cidadãos de direito e deveres em construção; coparticipes do processo de produção de cultura, ciência, esporte e arte, compartilhando saberes, ao longo de seu desenvolvimento físico, cognitivo, socioafetivo, emocional, tanto do ponto de vista ético, quanto político e estético, na sua relação com a escola, com a família e com a sociedade em movimento. (BRASIL, 2013, p. 35)

Neste sentido, os cursos de formação inicial de professores deverão instrumentalizá-los para o reconhecimento dos direitos dos alunos a uma Educação de qualidade, identificando formas e teorias para o sucesso do trabalho educativo. “Na organização curricular da Educação Básica, devem-se observar as diretrizes comuns a todas as suas etapas, modalidades e orientações temáticas, respeitadas suas especificidades e as dos sujeitos a que se destinam” (BRASIL, 2013, p. 35).

A finalidade deve ser limitada a cada etapa, com seus princípios ou objetivos e diretrizes educacionais, de forma clara e nos termos da Lei nº 9.394/96, onde o cuidar e o educar são princípios inseparáveis, pois fazem parte de uma concepção que norteia o projeto político pedagógico da comunidade no qual o aluno está inserido.

3 METODOLOGIA

Ao presente estudo, quanto ao nível, classifica-se como pesquisa exploratória. Para Gil (2002) “as pesquisas exploratórias visam a uma familiaridade maior com o tema ou assunto da pesquisa e podem ser elaboradas tendo em vista a busca de subsídios para a formulação mais precisa de problemas ou hipóteses”. Em respeito à abordagem aplicada, o estudo visa o aprofundamento, compreensão e explicação da problemática levantada, tratando-se, assim, de pesquisa qualitativa que, nas palavras de Fachin (2003, p. 117): “a pesquisa qualitativa analisa as percepções de poucos sujeitos envolvidos no processo, sem a preocupação com a totalidade dos sujeitos envolvidos naquela situação ou realidade pesquisada”.

Quanto ao procedimento utilizado para coleta de dados, classifica-se a pesquisa como documental e bibliográfico, porque para atingir os elementos cruciais do assunto, utilizou-se, de modo interpretativo, fontes primárias e secundária, como artigos, manuais e meios eletrônicos. Trata-se de uma revisão bibliográfica, que se apresenta como um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática, determinando o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto.

A Revisão Bibliográfica para Gil (2002), é considerada a base das pesquisas científicas, tendo em vista que, para desenvolver uma pesquisa em um campo de conhecimento é preciso entender e discutir o que já foi produzido por outros pesquisadores.

Assim, se constituiu uma pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva, fundamentado em pesquisa bibliográfica. A seleção de literaturas foi restrita a trabalhos publicados no Brasil. Foram utilizados como critérios de inclusão os trabalhos publicados de acordo com o tema abordado, sendo excluídos os materiais publicados que não corroboram com a temática proposta.

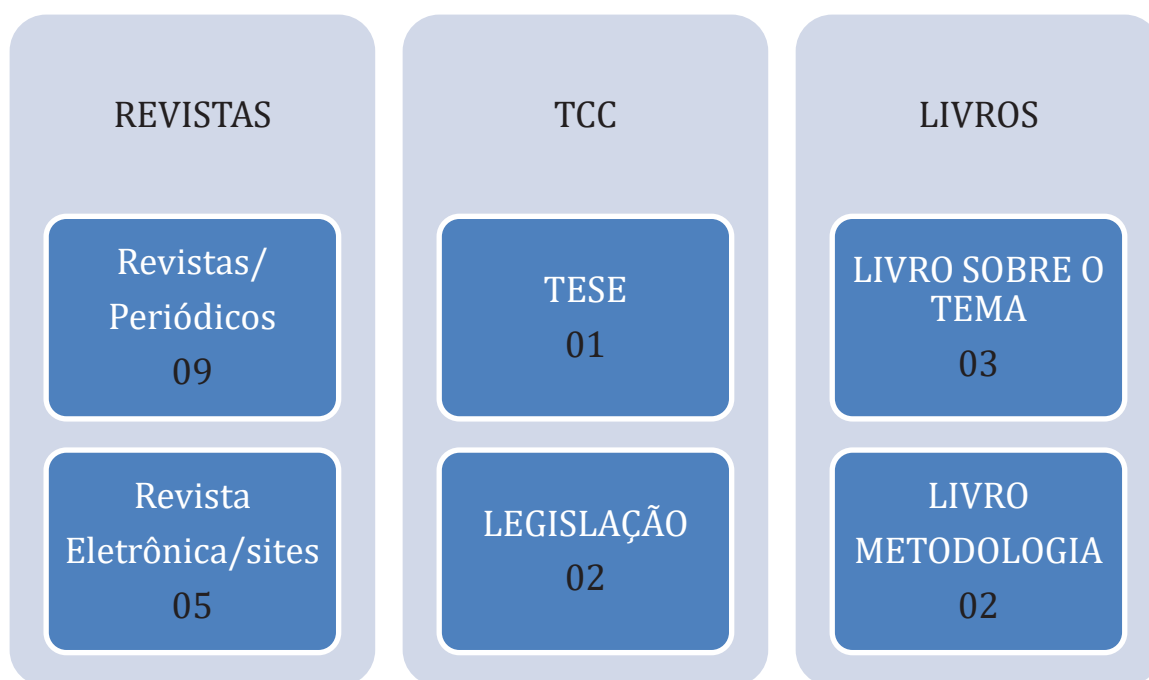
Para elaboração da presente pesquisa se deu busca direcionada pelos descritores “educação de jovens e adultos” nas bases de dados da SCIELO e outras referendas ao final.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a efetivação dos objetivos pretendidos nessa pesquisa foi realizado pesquisa bibliográfica, porque para atingir os elementos cruciais do assunto, utilizou-se, de modo interpretativo, fontes fidedignas. Para elaboração do presente estudo foi realizada consulta em artigos científicos e busca direcionada pelos descritores 'educação de jovens e adultos' em que apontaram ocorrências na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico.

A busca inicial a partir dos critérios apresentados resultou num total de 32 publicações. Foram apreciados 24 estudos, dos quais foram excluídos: duplicatas, textos indisponíveis, artigos não relacionados ao tema, além de textos excluídos pelo título e leitura de resumo. Na figura 1, estão dispostos os tipos de publicações incluídas nesta pesquisa, entre outras referendadas ao final:

Figura 1 – Amostra das Publicações utilizadas



Fonte: Organizada pela autora, 2023

Os fundamentos teóricos que permitiram a interlocução com os dados estão pautados nos artigos publicados em revistas e periódicos, posicionamento de profissionais especialistas em blogs privados e institucionais, permitindo dessa forma realizar o estudo com um caráter científico. Os resultados encontrados vão de

encontro com os objetivos propostos nesta pesquisa e com o questionamento levantado na problemática que norteou os rumos metodológicos a serem percorridos.

A análise da literatura permitiu a realização de uma conceituação acerca do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) é um programa governamental que visa integrar a educação profissional com a educação básica para jovens e adultos, com o objetivo de promover a inclusão social e a qualificação profissional.

O PROEJA teve sua origem no Decreto nº 5.478 em 2005, foi inicialmente chamado de Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de fornecer educação para jovens e adultos que trabalham e que estão fora da idade normal para o Ensino Médio, oferecendo Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, o programa busca fornecer uma educação que não apenas ensina habilidades técnicas, mas também desenvolve um entendimento mais amplo do mundo e da sociedade em que vivemos. Hoje o PROEJA é embasado pela por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006 onde houve uma ampliação na oferta do programa.

Grandes foram os avanços de normas para regulamentação e reconhecimento do ensino voltado para o adultos dentre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que em seu artigo 37 trouxe que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, assim trazendo um avanço em seu parágrafo terceiro que a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento, incluído pela Lei nº 11741 de 2008 dando oportunidade do público da EJA também se profissionalizar, adequando o ensino as condições do educando.

Constitui como grande desafio do PROEJA integrar três áreas da educação: Educação Básica, Educação Profissional a Educação de Jovens e Adultos. Também constitui como grande desafio ao PROEJA oferecer efetivamente condições para a permanência e a conclusão com qualidade da Educação Básica integrada à Educação Profissional na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, capaz de contribuir

para a melhoria das condições de vida e participação social, política, cultural e no mundo do trabalho, de jovens e adultos trabalhadores e de filhos de trabalhadores. Para o PROEJA cumprir com esses desafios que lhes são imputados, é imprescindível transformar esse Programa em política educacional pública do Estado (COSTA, 2015, p. 52).

Nos estudos de Bittencourt (2019), considerando sua pesquisa de campo o mesmo elencou alguns fatores possibilitam a evasão dos alunos do PROEJA dentre eles estão a falta de contextualização, ou seja, situar o conteúdo abordado com a realidade dos alunos, a não flexibilização do percurso do aluno, o currículo não adequado ao programa e a não capacitação docente. Para Amorim et al (2017, p. 188) “oportunidades precisam ser criadas e a partir daí o sujeito perceba outro universo e possa escolher o caminho que quer seguir”.

Segundo Arroyo (2005, p. 19) a EJA “(...)é campo ainda não consolidado” em relação às pesquisas, políticas públicas, diretrizes educacionais, formação de professores e projetos políticos pedagógicos que valorizem as individualidades regionais, e por isso, há uma diversidade de tentativas de "configurar sua especificidade".

No atual sistema educacional brasileiro ainda existem diversos problemas na configuração dos cursos oferecidos comprometendo dessa forma a perspectiva de consolidação do PROEJA como política pública permanente e de qualidade (COSTA, 2015). Para Nascimento (2020) o professor tem papel fundamental e de grande importância na construção e a socialização dos conhecimentos, a partir de uma nova postura pautada na ética e que assim venha transformar a realidade de jovens e adultos, propiciando aos mesmos um conhecimento que lhes dê autonomia através da educação.

Para Poubel, Pinho e Carmo (2017, p. 138) mesmo se apresentado como uma proposta inovadora, e uma das políticas públicas mais bem sistematizada que o país já teve, o PROEJA através das reflexões feitas acerca desta temática ainda não alcançou sua eficácia. Segundo Silva (2019) o grande desafio do sistema educacional no país é fazer a integração da EJA com o PROEJA conforme a concepção de sua criação enquanto educação profissional, através de uma política permanente como política pública de direito e não como medida compensatória, assistencialista e descontínua como geralmente acontece no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo, demonstram a necessidade do fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos, que inclua não apenas a melhoria da escolaridade, mas também a profissionalização, com o objetivo de ajudar esses cidadãos a se integrarem ao mercado de trabalho e à sociedade como um todo. É preciso reconhecer que muitas pessoas não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica e ter uma formação profissional adequada, e é papel do governo fornecer suporte para que elas possam se desenvolver e alcançar seu potencial.

Nesse sentido, é fundamental que a EJA contemple uma nova proposta educativa, com flexibilidade curricular que venha contemplar a integração da educação básica com a formação profissional através do PROEJA.

Quanto as políticas públicas que visam a implementação dos programas educacionais, as mesmas são de grande importância para a elevação do grau de escolaridade e formação profissional de jovens e adultos, garantindo-lhes a educação enquanto direito fundamental de todos os cidadãos.

Que as políticas públicas para a educação de jovens e adultos no país, tenha por parte da classe política brasileira um novo olhar, não mais como um favor ou mesmo para compensar erros históricos como normalmente vem ocorrendo nos últimos anos. Porém, é preciso que lhes seja dada a possibilidade de crescimento e avanços concretos dentro da sociedade, para que dessa forma, se minimize os problemas estruturais causados pelo capitalismo, onde as relações sociais são viciadas com o individualismo e competitividade exigidas no processo produtivo.

Por fim, as dificuldades na gestão do PROEJA são inúmeras e vários fatores contribuem para isso, tais como, falta de experiência de grande parte dos professores que trabalham na EJA, alunos que não conseguem conciliar o trabalho com os estudos e a estruturação curricular do curso, fazem com que o projeto não alcance seu objetivo de forma eficaz em grande parte do país.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A; COSTA, P.L.S; BALOGH, I.R.S; DOS SANTOS, C.L.N. **Gestão, Qualidade de Ensino e Formação do Educador da EJA**/organizado por Antonio Amorim... [et al.]. - Salvador: EDUFBA, 2017. 218 p. ISBN: 978-85-232-1696-2 Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27195/1/gestao-qualidade-ensino-e-frmacao-do-educador-da-EJA_EDUFBA_2017.pdf Acesso em: 04 jun 2023.

ARROYO, Miguel. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidades. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-20, jan./abr. 2000.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50

BASÍLIO, Ana Luiza. **Paulo Freire em seu devido lugar**. Centro de Referências em Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/> Acesso em: 05 jun 2023.

BELLO, J. L. D. P. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)**: História da Educação no Brasil. Período do Regime militar. Vitória: Pedagogia em foco, 1993

BITTENCOURT, Nadir de Fátima Borges et al. PROEJA no IFMT: Possibilidades de inclusão ou exclusão? **Educação | Santa Maria | v. 44 |2019** Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao> Acesso em: 04 jun 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**. 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja> Acesso em: 05 jun 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> Acesso em: 24 maio 2023.

CARDOSO, Marcélia Amorim; PASSOS, Gisele de Andrade Louvem. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. **Educação Pública**. ISSN: 1984-6290- Qualis B1 - avaliação CAPES 2020-2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexes-sobre-a-educacao-dejovens-e-adultos-e-a-formao-docente> Acesso em: 01 jun 2023.

COSTA, R. M. **Configurações da Política de Integração: Educação Profissional e Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos Institutos Federais de Educação em Santa Catarina.** 2015, 384p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia.** 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática de libertação.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 5-18, set./dez. 2000.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas S/A. 4ªed. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf Acesso em: 10 jun 2023.

HISTÓRICO DA EJA. *Pedagogia ao Pé da Letra*, 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/historico-eja/> Acesso em: 11 jun 2023.

NASCIMENTO, Leandra Fernandes do. A EJA e seu ensino na Educação Básica: primeiras aproximações. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 41, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/41/a-eja-e-seu-ensino-na-educacao-basica-primeiras-aproximacoes> Acesso em: 05 jun 2023.

POUBEL, C.M.S; PINHO, L.G; CARMO, G.T. Uma arena de tensões: a história da EJA ao PROEJA. **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.1, p.125-140, jan.-abr. 2017ISSN: 1982-7806 (On Line) - DOI: 10.14393/che-v16n1-2017-9

RAMOS, M.Y.C; DIAS, A.S. Novo ensino médio na modalidade educação de jovens e adultos integrado à educação profissional: uma análise do Programa Ejatec/MA. **Revista Cocar**. V.16 N.34/2022 p. 1-24 ISSN: 2237-0315 Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4989/2339> Acesso em: 05 jun 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Educação de Jovens e Adultos: à escolarização para além da escola.** São Paulo: Xamã, 2015.

SILVA, José Moisés Nunes. A Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional no Brasil: 13 anos depois. **Cad. Pesq**, v. 26, n. 4, out./dez., 2019.

SANTIS, D. B., SILVEIRA, M. R. R., PANIZ, C. M., & SAUCEDO, M. D. (2017). Educação de jovens e adultos e educação profissional: a confluência de duas modalidades. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, 1(2), 201-214.

SIQUEIRA, Antônio Rodolfo de. **Educação de Jovens e Adultos** [recurso eletrônico] / Porto Alegre: SAGA,2017.

VIEIRA, Amanda Ribeiro; GANZERT, Christian Carvalho. Proeja como política pública de inclusão social: percepções dos alunos do curso técnico de administração do campus sertãozinho do Instituto Federal de São Paulo. **Revista Iluminart** - ISSN: 1984-8625 – número 6 – IFSP – Sertãozinho, 2011.